



Prefeitura  
Municipal de  
Cordeirópolis



**Mensagem nº 024/2006.**

**Cordeirópolis, 11 de maio de 2006.**

**Excelentíssima Senhora Presidenta.**

Serve-se o **Poder Executivo** da presente, a fim de com permissa vênua fazer chegar às mãos de **Vossa Excelência**, o incluso Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar convênio com Instituições de Ensino e dá outras providências.

Esperamos que a presente propositura de lei mereça a aprovação dessa Egrégia Edilidade.

Solicitamos, tempestivamente, que a presente matéria tenha seu tramite em regime de urgência, nos termos do artigo 53 da lei Orgânica do município de Cordeirópolis.

Certo de essa Colenda Edilidade, saberá assimilar a importância do Projeto em tela, aproveitamos a oportunidade para apresentar-lhes os nossos protestos de consideração e distinguido apreço.

Atenciosamente.

  
**CARLOS CEZAR TAMIAZO**  
Prefeito Municipal

**Excelentíssima Senhora**  
**TERESA CHIARADIA PERUCHI**  
**M.D. Presidenta da Câmara Municipal de Cordeirópolis.**

12/5/2006

Recebido(a) em	12/5
Às	14:37
Horas	
PROTOCOLADO	

Paulo César Tamiazo  
Coordenador de Secretaria



## JUSTIFICATIVA

### EGREGIA CASA LEGISLATIVA

Os fundamentos e objetivos da propositura de lei em epígrafe possibilitarão a cooperação recíproca entre as partes, visando o desenvolvimento de atividades para promoção da integração ao mercado de trabalho, de acordo com a Constituição Federal (Art. 203, inciso III e art. 214, inciso IV), através da operacionalização de programa de Estagio a Estudantes.

O Estagio de Estudantes, obrigatório ou não, é de interesse curricular e pedagogicamente útil, nos termos da Lei Federal 6494/77, com as alterações introduzidas pela MP nº 1709/98 (com redação válida nº 2164/41, de 14.08.2001, conforme Emenda Constitucional nº 32, de 11.09.2001), regulamentada pelo Decreto nº 87497/82, da lei nº 8859/94 e da lei nº 9394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e na sua regulamentação, tendo como finalidade precípua propiciar ao estudante a complementação do ensino e da aprendizagem.

Constitui objeto do convênio a concessão de estágios, a alunos regularmente matriculados na Rede Municipal de Ensino do município de Cordeirópolis, e que serão acompanhados e avaliados em conformidade com os currículos e calendários escolares, fomentando elementos de integração entre teoria e prática.

O Convênio rege-se á incondicional e irrestritamente pelo disposto na lei nº 6494/77, com as alterações dadas pela lei nº 9394/96, não acarretando vínculo empregatício de qualquer natureza.

O **Poder Executivo** com a presente proposta ao enviar a **Colenda Edilidade** a apensa propositura de lei, pretende dar cumprimento a mais uma etapa de trabalho inserido em seu plano de governo, cujo objetivo precípua é de beneficiar em primeiro lugar os estudantes devidamente matriculados e qualificados na Rede Municipal de Ensino do município de Cordeirópolis, e auxiliar nossos jovens a terem seu primeiro emprego e aos desempregados.

Vale salientar que o estudante ao ingressar como estagiário no serviço público, *(além da remuneração que receberá da Instituição de Ensino, a qual o auxiliará nos gastos com seus estudos)*, também poderá com certeza auxiliar seus pais no orçamento familiar, pois com o crescimento do desemprego,

continua



muitos pais de famílias estão neste contexto ou são assalariados, e queremos também frisar aqui que além do auxílio recebido, nossa proposta é de somar esforços, pois além do valor pago ao estudante, o mesmo obterá uma vasta experiência e conhecimentos que serão acrescentados em seu currículo profissional, e que terá papel importante e imprescindível na performance de seu sucesso e na formação do sólido alicerce no decorrer de sua profissionalização.

Finalizando ressaltamos que a mão de obra no mercado de trabalho atual está muito exigente e precisamos preparar com o que temos de melhor nossos jovens para o futuro ingresso neste mercado, dando-lhes oportunidade de terem acesso ao que de melhor dispuser em conhecimentos que os auxiliarão na sua formação profissional.

Esperando ter correspondido à expectativa com relação à propositura em epígrafe, também, através, das explanações e abordagens providenciadas, solicitamos de todos os insígnies legisladores municipais, através do elevado espírito público e compreensão dos Senhores Vereadores para os assuntos de relevância para o Município de Cordeirópolis, que seja o presente lido, discutido e, finalmente, aprovado.

Certo de que **Vossa Excelência** e demais inclitos legisladores saberão assimilar a importância deste projeto, aguardamos pronunciamento favorável desta Augusta Casa Legislativa e aproveitamos a oportunidade para incrustar ao ensejo nossos protestos de consideração e distinguido apreço.

Atenciosamente,



**CARLOS CEZAR TAMIAZO**  
Prefeito Municipal

**Excelentíssima Senhora**  
**TERESA CHIARADIA PERUCHI**  
**M.D Presidenta da Câmara Municipal de Cordeirópolis**



**Projeto de Lei nº 34**  
**de de maio de 2006.**

12

Autoriza o **Poder Executivo Municipal** a celebrar **Convênio com Instituições de Ensino** e dá outras providências

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Convênio com **Instituições de Ensino**, para proceder oportunidades de estágio a estudantes de nível superior, profissionalizante de 2º grau ou escolas de educação especial, regularmente matriculados em cursos vinculados ao ensino público e particular da instituição conveniada, de acordo com as disposições da Lei Federal n.º 6.494/77.

**Parágrafo Único** - O Convênio a ser celebrado entre a Instituição de Ensino e o Município de Cordeirópolis será periodicamente reexaminado, onde estarão acordadas todas as condições de realização de Estágio.

**Art. 2º** - Os objetivos específicos do Convênio, os direitos e obrigações das partes conveniadas, constam das minutas em anexo ao acordo de cooperação para realização de estágio e ao termo de compromisso de estágio, que ficam fazendo parte integrante desta Lei.

**Art. 3º** - Para a realização dos projetos, programas ou ações que visem efetivar os objetivos do Convênio de que trata esta Lei, o Poder Executivo promoverá a elaboração de contratos, termos e outros instrumentos legais de sua competência.

**Art. 4º** - O estágio profissional, como procedimento didático-pedagógico, é de competência da Entidade Educacional a quem cabe a decisão sobre a matéria, e dele participa o Município de Cordeirópolis, oferecendo oportunidades e campos de estágio.

**Art. 5º** - O estágio profissional regido por esta Lei não cria vínculo empregatício de qualquer natureza para o Município de Cordeirópolis, e deverá compatibilizar com o horário escolar do interessado e com o horário de funcionamento dos diversos órgãos da Administração, aonde venha a ocorrer o estágio.

continua



**Art. 6º** - Por ocasião da assinatura do Convênio deverá ser celebrado **Termo de Compromisso** entre o estudante e o Município de Cordeirópolis, com a interveniência da entidade educacional, que se constituirá de comprovante exigível pela autoridade competente da inexistência de vínculo empregatício.

**Art. 7º** - É de exclusiva competência e responsabilidade da entidade educacional providenciar seguro de acidentes pessoais em favor do estudante, sem o qual o aluno não será admitido no estágio.

**Art. 8º** - Será expedido aos estagiários atestados de frequência, conferido e assinado pelo superior hierárquico do setor onde estão sendo realizados estágios e, na inexistência deste, pelo Prefeito Municipal.

**Art. 9º** - Para o preenchimento das vagas de estágio conforme dispõe esta Lei, serão considerados pela Administração Pública, através dos setores envolvidos, os seguintes requisitos:

- a) Residir o aluno(a) no município de Cordeirópolis;
- b) análise do currículo escolar, onde apresente o candidato o melhor aproveitamento no curso; e,
- c) no caso de haver vagas remanescentes, após a aplicação da alínea “a”, estas poderão ser preenchidas por alunos residentes em outros municípios.

**Art. 10** - As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei serão suportadas pelas verbas próprias consignadas no Orçamento Municipal vigente para este exercício e exercícios subseqüentes, suplementadas se necessário.

**Art. 11** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especificamente as Leis nº 2309, de 12 de dezembro de 2005, e 2338, de 27 de março de 2006.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS**, aos de de maio de 2006, 58 da Emancipação Político Administrativa do Município.

  
**CARLOS CEZAR TAMIAZO**  
Prefeito Municipal



Prefeitura  
Municipal de  
Cordeirópolis



## ACORDO DE COOPERAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO

Acordo de Cooperação que entre si  
celebram a -----  
--- e o **Município de Cordeirópolis**.

A -----, mantenedora do -----, sediada à -----, nº  
---, Bairro -----, na cidade de -----, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ  
sob nº -----, neste ato representada por seu ----, ° -----,  
brasileiro, -----, -----, portador do RG nº ----- e do CPF nº -----,  
residente e domiciliada à Rua -----, nº ---, Bairro -----, nesta  
cidade de -----, Estado de São Paulo, doravante denominada **Instituição**  
e, de outro lado, o **Município de Cordeirópolis**, pessoa jurídica de direito  
público interno, sediado na Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, sita à  
Praça Francisco Orlando Stocco 35, centro, na cidade de Cordeirópolis,  
Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ sob o nº 44.660.603/0001-95, neste  
ato representado pelo Prefeito Municipal, o -----, brasileiro,  
casado, Contador, portador do RG nº ----- e do CPF/MF nº -----,  
doravante denominada **Concedente**, firmam o presente Acordo de  
Cooperação, convencionando as cláusulas e condições seguintes:

### Clausula Primeira - Objeto

Constitui objeto do presente instrumento a concessão de estágios, por parte  
da **Concedente**, a alunos regularmente matriculados na -----,  
proporcionando a complementação do ensino e da aprendizagem dos  
ministrados pela -----, sendo executados, acompanhados e avaliados em  
conformidade com os currículos e calendários escolares, fomentando  
elementos de integração entre teoria e prática.

**§ 1º** – O presente instrumento reger-se-á incondicional e irrestritamente pelo  
disposto na Lei de nº 6.494/77, com as alterações dadas pela lei de nº  
9.394/96, não acarretando vínculo empregatício de qualquer natureza.

**§ 2º** – O Seguro obrigatório de acidentes pessoais, disposto no artigo 4º  
da mesma lei, será objeto de reajuste entre a ----- e o aluno estagiário,  
não sendo de responsabilidade do Concedente tal obrigatoriedade.

**§ 3º** – Para consecução do Estágio, objeto do presente Termo, o(a)  
estagiário(a) deverá, obrigatoriamente, apresentar o Programa de Estágio,  
bem como o relatório de atividades, e assinar o competente **“Termo de  
Compromisso de Estágio”**, parte integrante deste Instrumento,  
constante do anexo I.

continua



**Clausula Segunda – Das Obrigações -----**

A ----- obriga-se, por meio do presente instrumento, de acordo com o que segue:

- *Estabelecer normas e procedimentos para o cumprimento do estágio, os quais passarão a fazer parte integrante do presente Termo;*
- *Criar, analisar, discutir e implementar o plano de trabalho a ser desenvolvido no local de estágio, visando à realização de aprendizado na perspectiva da teoria e da prática, plano este que, posteriormente, deverá ser encaminhado para a aprovação da **Concedente**;*
- *Credenciar professores junto à **Concedente** para supervisionar e orientar o desenvolvimento de projetos, programas e atividades de estágio;*
- *Supervisionar e orientar, na forma da lei retro mencionada, o estágio, de acordo com critérios pré-estabelecidos;*

**Clausula Terceira – Das Obrigações da Concedente**

A **Concedente** obriga-se, por meio do presente instrumento, de acordo com o que segue:

- *Proporcionar ao estagiário condições adequadas à execução do estágio;*
- *Proporcionar condições adequadas para que professores, devidamente credenciados pela ----- e **Concedente**, realizem a supervisão do estágio;*
- *Prestar, oficialmente, todo tipo de informações acerca do desenvolvimento do estágio e das atividades desenvolvidas pelo aluno-estagiário, bem como pelos professores credenciados para supervisão e orientação do mesmo e que venham a ser solicitadas, oficialmente, pelo **Concedente**.*

**Clausula Quarta – Da Vigência.**

O presente convênio vigorará por prazo indeterminado a partir de sua assinatura, podendo ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer momento, mediante comunicação expressa com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

continua



### **Clausula Quinta - Das Disposições Finais**

O presente Termo destina-se a firmar dispositivos de cooperação entre as partes contratantes, restando consignado que o aluno estagiário deverá firmar individualmente com a **Concedente** e ----- o competente **“Termo de Compromisso de Estágio”**, que passa a fazer parte integrante deste Instrumento.

**Parágrafo Primeiro** – As partes ora contratantes deverão praticar todos os atos que se tornem necessários para efetiva execução deste Convênio.

### **Clausula Sexta – Do Foro**

Fica eleito o foro da comarca de Cordeirópolis, Estado de São Paulo, para dirimir questões oriundas do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro, mesmo que privilegiado.

Assim, justas e convencionadas, as partes firmam o presente Convênio em três vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Cordeirópolis (SP), DATA ATUAL



**CARLOS CEZAR TAMIAZO**  
Prefeito municipal

Testemunhas:

Nome

Nome:

:

R.G.:

R.G.:



Prefeitura  
Municipal de  
Cordeirópolis



## TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO

Termo de Compromisso de **Estágio Extra Curricular** que entre si fazem o **Município de Cordeirópolis** e a -----

De um lado o **Município de Cordeirópolis**, pessoa jurídica de direito público interno, sediado na Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, sita a Praça Francisco Orlando Stocco, 35 centro, na cidade de Cordeirópolis, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o \_\_\_\_\_, brasileiro, casado, Contador, portador do RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF/MF nº \_\_\_\_\_, doravante denominado(a) simplesmente **Concedente** e, de outro lado, **Estagiário(a)** devidamente matriculado(a) no curso de \_\_\_\_\_, com Registro Acadêmico de nº \_\_\_\_\_, doravante denominado(a) simplesmente **Estagiário** e a ----- mantenedora do -----, sediada à -----, nº ---, Bairro -----, na cidade de -----, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº -----, aqui representada por seu ----- Profº Drº -----, brasileiro, -----, casado, portador do RG nº ----- e do CPF nº -----, residente e domiciliado à Rua -----, nº 304, Bairro -----, nesta cidade de ----, Estado de São Paulo, doravante denominada simplesmente -----, resolvem, na melhor forma de Direito, firmar o presente Termo e considerando o **Acordo de Cooperação** firmado entre a Instituição **Concedente** e a -----, por cujas condições gerais este **Termo de Compromisso de Estágio** será gerido, as partes têm por justo compromisso o que segue:

### Clausula Primeira – Do Objeto

O presente instrumento tem por objetivo a realização de estágio extra curricular, com o fim de integrar as atividades teóricas com a prática, na área de educação e saúde e outras de interesse das partes.

**Parágrafo Primeiro** – As atividades de estágio a serem cumpridas pelo **Estagiário**, em suas características fundamentais deverão coincidir, tanto quanto possível, com o programa específico de ensino do Curso por ele freqüentado.

continua



### **Clausula Segunda – Do Programa de Estagio**

Para alcançar o objeto do presente Termo, disposto na cláusula acima, o **Estagiário** deverá elaborar o competente “**Programa de Estágio**”, devendo conter, basicamente:

- Justificativas e objetos do estágio;
- Atribuições da **Concedente** e da -----;
- Discriminação das atividades, condições e forma de execução;
- Discriminação de prazos e cronogramas de execução das diversas etapas do trabalho;
- Designação de executor, por parte da **Concedente** e da -----, quando for o caso.

**§ 1º** – O referido “**Programa de Estágio**” deverá, obrigatoriamente, ser assinado pelo **Estagiário** em conjunto com o Coordenador do Curso do mesmo, sob pena do presente instrumento tornar-se nulo para todos os efeitos.

**§ 2º** - O **Estagiário** deverá encaminhar à -----, com cópia à **Concedente**, relatório mensal ou ao final do estágio, conforme disposto no “**Programa de Estágio**”, sob pena do mesmo, objeto do presente Termo, ser considerado nulo de pleno direito pela -----, perdendo seus efeitos acadêmicos.

### **Clausula Terceira – Das Condições do Estágio.**

Durante o período de Estágio, o **Estagiário** sujeitar-se-á ao regulamento da **Concedente** e no “**Programa de Estágio**”, pautando-se em conduta técnica segundo orientação do supervisor por ela designado, bem como pelo supervisor designado pela -----.

**§ 1º** - O **Estagiário** se compromete a zelar pelos instrumentos, equipamentos, materiais e instalações de propriedade da Instituição que lhe forem confiados, respondendo pelos prejuízos que forem causados por mau uso.

**§ 2º** - O **Estagiário** estará segurado contra acidentes pessoais que porventura ocorram no local do estágio, de acordo com o artigo 4º da Lei de nº 6.494/77, contratado pelo **Aluno ou Concedente**, por meio da apólice de seguros nº \_\_\_\_\_.

continua



**§ 3º** - O **Estagiário**, bem como as atividades desenvolvidas pelo mesmo, não terão para quaisquer efeitos legais, qualquer vinculação empregatícia com a **Concedente**, conforme os Termos da Lei de nº 6.494/77 e do Decreto de nº 87.497/82.

**§ 4º** - Caberá a **Concedente** a fixação de locais, dias e horários em que se realizarão as atividades decorrentes do Estágio, desde que o horário do estágio não coincida com o horário escolar do **Estagiário** e não prejudique suas atividades acadêmicas.

**§ 5º** - A desistência do Curso, por parte do **Estagiário**, a conclusão do mesmo ou trancamento de matrícula implicarão automaticamente no cancelamento do presente compromisso.

#### **Clausula Quarta – Da Vigencia**

O estágio terá início a partir da data de assinatura do presente Termo de Compromisso e término em \_\_\_\_\_, podendo ser prorrogado por prazo a ser determinado em instrumento próprio.

#### **Clausula Quinta – Da Rescisão**

É facultado à **Concedente** interromper o estágio, desde que comunique a decisão motivada à ----- com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, não lhe cabendo qualquer multa ou penalidade pela interrupção.

**§ 1º** – Constituem motivo para interrupção automática da vigência deste Termo de Compromisso de Estágio, além das elencadas na Cláusula Segunda, a conclusão ou abandono do curso e o trancamento da matrícula do **Estagiário**.

**§ 2º** – É facultado ao **Estagiário** a interrupção do presente estágio, mediante comunicação à ----- e à **Concedente**, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, não lhe cabendo qualquer multa ou penalidade pelo desligamento.

**§ 3º** – O não cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas implicará, de pleno direito, independentemente de aviso ou notificação, na suspensão imediata do estágio, considerando-se, também, rescindido o presente Termo, para todos os efeitos.

continua



Prefeitura  
Municipal de  
Cordeirópolis



Termo de Compromisso

continuação

fls. 04

### **Clausula Sexta – Do Foro**

Fica eleito o foro de ----- para dirimir as questões oriundas deste **Termo de Compromisso de Estágio**, com exclusão de qualquer outro, mesmo privilegiado.

Assim, justas e convencionadas, as partes firmam este instrumento em três vias de igual teor e forma, para um só efeito.

----- (SP), DATA ATUAL

  
**CARLOS CEZAR TAMIAZO**  
Prefeito Municipal  
p/Concedente

**p/Instituição de Ensino**

Testemunhas:

Nome

Nome:

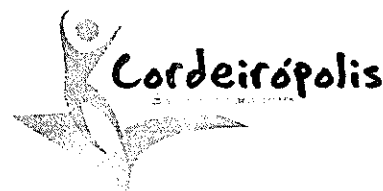
:

R.G.:

R.G.:



Prefeitura  
Municipal de  
Cordeirópolis



**Lei nº 2309**  
**de 12 de dezembro de 2005.**

**Autoriza o Chefe do Poder Executivo a conceder estágios a estudantes, conforme especifica e dá outras providências.**

**PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CORDEIRÓPOLIS, Estado de São Paulo:**

**Faço Saber que a Câmara Municipal de Cordeirópolis decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar.**

**Art. 1º** - Fica autorizado o Chefe do **Poder Executivo** a conceder estágios a estudantes na faixa de 16 a 20 anos de idade do ensino médio, profissionalizante de 2º grau ou Escolas de Educação especial, etc.

**§ 1º** - A jornada de estágio será de 04 (quatro) horas diárias, de segunda a sexta feira, onde o estagiário receberá uma Bolsa-Auxílio.

**§ 2º** - Ao completar 20 (vinte) anos, o estagiário terá seu contrato encerrado automaticamente.

**Art 2º** - Para realização dos projetos, programas ou ações que visem efetivas os objetivos do Convênio de que trata esta Lei, o **Poder Executivo** promoverá a elaboração de contratos, termos e outros instrumentos legais de sua competência.

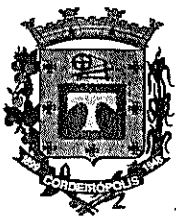
**Art 3º** - O estágio profissional, como procedimento didático pedagógico, é de competência da **Entidade Educacional** a quem cabe a decisão sobre a matéria, e dela participa o Município de Cordeirópolis, oferecendo oportunidades e campos de estágios.

**Art 4º** - O estágio profissional regido por esta Lei não cria vínculo empregatício de qualquer natureza para o Município de Cordeirópolis, e deverá compatibilizar com o horário escolar do interessado e com o horário de funcionamento dos diversos órgãos da administração, aonde venha a ocorrer o estágio.

**Art 5º** - É de exclusiva competência e responsabilidade da **Entidade Educacional** providenciar seguro de acidentes pessoais em favor do estudante, sem o qual o aluno não será admitido no estágio.

**Art 6º** - Os contratos com os estagiários serão firmados pelo período de 01 (um) ano, prorrogável, se for de interesse, por igual período.

continua



Prefeitura  
Municipal de  
Cordeirópolis



Lei nº 2309-05

continuação

fls. 02

**Art. 7º** - Para o preenchimento das vagas de estagiário conforme dispõe esta Lei, serão considerados pela **Administração Pública**, através dos setores envolvidos os seguintes requisitos:

- a) residir o aluno (a) no município de Cordeirópolis;
- b) análise do currículo escolar, onde apresente o candidato o melhor aproveitamento no curso;

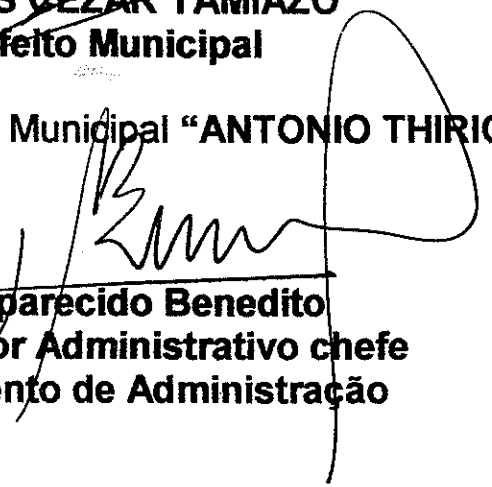
**Art. 8º** - As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei serão suportadas pelas verbas próprias consignadas no Orçamento Municipal vigente para este exercício e exercícios subseqüentes, suplementadas se necessário.

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS**, aos 12 de dezembro de 2005, 57 da Emancipação Político Administrativa do Município.

  
**CARLOS CEZAR TAMIAZO**  
Prefeito Municipal

Publicada, e registrada no Paço Municipal "ANTONIO THIRION", em 12 de dezembro de 2005.

  
**José Aparecido Benedito**  
Coordenador Administrativo chefe  
Departamento de Administração

Publicado no Jornal OFICIAL DO MUNICÍPIO  
Dia 29 / 12 / 2005 Pág. 7



Prefeitura  
Municipal de  
Cordeirópolis



**Lei nº 2338**  
**de 27 de março de 2006.**

Dá nova redação e inclui dispositivos na lei nº 2309, de 12 de dezembro de 2006.

**O Prefeito do Município de Cordeirópolis, Estado de São Paulo, Faço Saber** que a **Câmara Municipal de Cordeirópolis** decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

**Art. 1º** - O art. 1º da Lei nº 2309, de 12 de dezembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 1º** - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a conceder estágios a estudantes do ensino médio técnico e nível superior.”

**Art. 2º** - Vetado.

**Art. 3º** - Vetado.

**Art. 4º** - O “caput” do art. 7º da Lei Municipal nº 2309, de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 7º** - Para o preenchimento das vagas de estagiário será realizado pela Administração Pública, através do Departamento de Educação e Cultura processo seletivo estabelecendo critérios socioeconômico, considerando somente os seguintes requisitos.”

**Art. 5º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS**, aos 27 de março de 2006, 58 da Emancipação Político Administrativa do Município.

  
**CARLOS CÉZAR TAMIAGO**  
Prefeito Municipal

Publicada, e registrada no Paço Municipal “Antonio Thirion”, em 27 de março de 2006.

  
**José Aparecido Benedito**  
Coordenador Administrativo Chefe

# LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA SOBRE ESTÁGIO

Lei Nº 6.494 DE 7 DE DEZEMBRO DE 1977 (21)

DISPÕE SOBRE OS ESTÁGIOS DE ESTUDANTES DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR E DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE DO 1º GRAU E SUPLETIVO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Presidente da República,

Faz saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - As Pessoas Jurídicas de Direito Privado, as Órgãos da Administração Pública e as Instituições de Ensino não podem aceitar como estagiários os alunos regularmente matriculados em cursos vinculados ao ensino público e particular.  
(Com redação dada pelo art. 8, III, da Lei nº 8.112, de 11.09.91)

§ 1º - Os alunos a que se refere o caput deste artigo devem, comprovadamente, estar frequentando cursos de nível superior, profissionalizante de 2º grau ou escolas de educação especial.  
(Com redação dada pelo art. 8, III, da Lei nº 8.112, de 11.09.91)

§ 2º - O estágio somente poderá verificar-se em unidades que tenham condições de proporcionar experiência prática na linha de formação, devendo o aluno estar em condições de realizar o estágio, segundo disposto na regulamentação da presente Lei.  
(Com redação dada pelo art. 8, III, da Lei nº 8.112, de 11.09.91)

§ 3º - Os estágios devem proporcionar a complementação do ensino e da aprendizagem e ser planejados, executados, acompanhados e avaliados em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares.  
(Com redação dada pelo art. 8, III, da Lei nº 8.112, de 11.09.91)

Art. 2º - O estágio, independentemente do aspecto profissionalizante, teórico e prático, poderá assumir a forma e a duração de extensão, mediante a participação do estudante em empreendimentos ou projetos de interesse social.

Art. 3º - A realização do estágio dar-se-á mediante termo de compromisso celebrado entre o estudante e a parte concedente, com intervenção obrigatória da instituição de ensino.

§ 1º - Os estágios curriculares serão desenvolvidos de acordo com o disposto no parágrafo 3º do art. 1º desta Lei.

§ 2º - Os estágios curriculares sob a forma de ação comunitária estão isentos de observação de termo de compromisso.

Art. 4º - O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza e o estagiário poderá receber bolsa, ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, ressaltando o que dispuser a legislação previdenciária, devendo o estudante, em qualquer hipótese, estar segurado contra acidentes pessoais.

Art. 5º - A jornada de atividades em estágio, a ser cumprida pelo estudante, deverá compatibilizar-se com a sua rotina escolar e com o horário da parte concedente a ocorrer o estágio.

Parágrafo único - Nas férias escolares, a jornada de estágio do estagiário será a parte concedente ao estágio, sempre com a intervenção da instituição de ensino.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 07 de dezembro de 1977, 155ª da Independência e 85ª da República.

ERNESTO GEBEL  
Ney Braga

(21) Diário Oficial - 9/12/77

# REGULAMENTAÇÃO DA LEI DO ESTÁGIO

DECRETO Nº 87.497, DE 18 DE AGOSTO DE 1982

REGULAMENTA A LEI Nº 6.494, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1977, QUE DISPÕE SOBRE O ESTÁGIO DE ESTUDANTES DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR E DE 2º GRAU REGULAR E SUPLETIVO, NOS LIMITES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,  
Decreta:

- Art. 1º - O estágio curricular de estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva nos cursos vinculados ao ensino oficial e particular, em nível superior e de 2º grau regular e supletivo, obedecerá às presentes normas.
- Art. 2º - Considera-se estágio curricular, para os efeitos deste Decreto, as atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, proporcionadas ao estudante pela participação em situações reais de vida e trabalho em seu meio, sendo realizada na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado sob responsabilidade e concordância da instituição de ensino.
- Art. 3º - O estágio curricular, como procedimento didático-pedagógico, é atividade de competência da instituição de ensino a quem cabe a decisão sobre a matéria, e dele participam pessoas jurídicas de direito público e privado, clareando oportunidade a campos de estágio, outras formas de ajuda, e colaborando no processo educacional.
- Art. 4º - As instituições de ensino regularão a matéria contida neste Decreto e disporão sobre:  
a) inserção do estágio curricular na programação didático-pedagógica;  
b) carga horária, duração e jornada do estágio curricular, que não poderá ser inferior a um semestre letivo;  
c) condições imprescindíveis para caracterização e definição dos campos de estágios curriculares, referidas nos §§ 1º e 2º do artigo 1º da lei nº 6.494, de 07 de dezembro de 1977;  
d) sistemática de organização, orientação, supervisão e avaliação do estágio curricular.
- Art. 5º - Para caracterização e definição do estágio curricular é necessário, entre a instituição de ensino e pessoas jurídicas de direito público e privado, a existência de instrumento jurídico, periodicamente reexaminado, onde estarão acordadas todas as condições de realização daquele estágio, inclusive transferência de recursos à instituição de ensino, no caso.
- Art. 6º - A realização do estágio curricular, por parte do estudante, não acarretará vínculo empregatício de qualquer natureza.
- § 1º - O Termo de Compromisso será celebrado entre o estudante e a parte concedente da oportunidade do estágio curricular, com a intervenção da instituição de ensino, e constituirá comprovante exigível pela autoridade competente, a existência de vínculo empregatício.
- § 2º - O Termo de Compromisso de que trata o parágrafo anterior deverá mencionar necessariamente o instrumento jurídico a que se vincula, nos termos do artigo 5º.
- § 3º - Quando o estágio curricular não se verificar em qualquer atividade pública e privada, inclusive como prevê o § 2º do artigo 3º da lei nº 6.494/77, não ocorrerá a celebração do Termo de Compromisso.
- Art. 7º - A instituição de ensino poderá recorrer aos serviços de agências de integração públicos e privados, entre o sistema de ensino e os setores de produção, serviços, comunidade e governo, mediante condições acordadas em instrumento jurídico adequado.
- Parágrafo Único. As agências de integração mencionadas neste artigo atuarão com a finalidade de:  
a) identificar para a instituição de ensino as oportunidades de estágios curriculares junto a pessoas jurídicas de direito público e privado;  
b) facilitar os ajustes das condições de estágios curriculares, e constarem do instrumento jurídico mencionado no artigo 5º;  
c) prestar serviços administrativos de cadastramento de estudantes, campos e oportunidades de estágios curriculares, bem como de execução do pagamento de bolsas, e outras solicitadas pela instituição de ensino;  
d) co-participar, com a instituição de ensino, no esforço de captação de recursos para viabilizar estágios curriculares.
- Art. 8º - A instituição de ensino ou a entidade pública ou privada concedente da oportunidade de estágio, em qualquer das hipóteses da alínea a) do parágrafo único, ou através da qual, conjunta com agências de integração, referidas no "caput" do artigo anterior, providenciará seguro de acidentes pessoais em favor do estudante.
- Art. 9º - O disposto neste Decreto não se aplica ao menor aprendiz, sujeito à formação profissional metódica do órgão em que se exerce sua função e vinculado à empresa por contrato de aprendizagem, nos termos da legislação trabalhista.
- Art. 10º - Em nenhuma hipótese poderá ser cobrada ao estudante qualquer taxa adicional referente às providências administrativas para a obtenção e realização do estágio curricular.
- Art. 11º - As disposições deste Decreto aplicam-se aos estudantes estrangeiros, regularmente matriculados em instituições de ensino, oficial ou reconhecidas.
- Art. 12º - No prazo máximo de 4 (quatro) semestres letivos, a contar do primeiro semestre posterior à data de publicação deste Decreto, deverão estar ajustadas as presentes normas todas as situações hoje existentes, com base em legislação anterior.
- Parágrafo Único - Revogado pelo Decreto nº 89.487, de 21.03.84.
- Art. 13º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogados o Decreto nº 63.546, de 11 de maio de 1970, e o Decreto nº 75.778, de 25 de maio de 1975, bem como, as disposições gerais e especiais que regulem em contrário ou de forma diversa a matéria.

Brasília, em 18 de agosto de 1982, 161ª da Independência e 111ª da República.

OLAVO FIGUEIREDO,  
Rubens Ludwig

Diário Oficial - 19/03/82

# NO PAGAMENTO A ESTAGIÁRIOS INCIDE I. R.

LEI Nº 7.713, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO EM 23/12/88

ALTERA A LEGISLAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  
(EXTRATO)

Art. 2º - O imposto de renda das pessoas físicas será devido, mensalmente, à medida em que os rendimentos e ganhos de capital forem percebidos.

Art. 3º

- § 1º - Constituem rendimento bruto total o produto de capital, de trabalho ou da combinação de ambos, os alimentos e pensões percebidos em dinheiro, o ainda os proventos de qualquer natureza, assim também os rendimentos dos os aumentos patrimoniais não correspondentes aos rendimentos declarados.
- § 4º - A tributação independe da denominação dos rendimentos (\*), títulos ou direitos, da localização, condição jurídica ou nacionalidade da fonte, da origem dos bens produtores da renda, e da forma da percepção das rendas ou proventos, bastando, para a incidência do imposto, o benefício do contribuinte por qualquer forma e a qualquer título.
- § 5º - Ficam revogados todos os dispositivos legais concessivos de isenção ou exclusão, da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas, de rendimentos e proventos de qualquer natureza, bem como, os que autorizam redução do imposto por investimento de interesse econômico ou social.

Art. 7º

- § 1º - O imposto a que se refere este artigo será retido por ocasião de cada pagamento ou crédito e, se houver mais de um pagamento ou crédito, de cada mesma fonte pagadora, aplicar-se-á a alíquota correspondente à soma dos rendimentos pagos ou creditados à pessoa física no mês, a qualquer título.

Art. 13 - Na determinação da base de cálculo sujeita à incidência mensal do imposto de renda poderão ser deduzidas as importâncias efetivamente pagas a título de alimentos ou pensões, em cumprimento de acordo ou decisão judicial, inclusive a prestação de alimentos provisionais.

Art. 22 - As pessoas físicas ou jurídicas que efetuem pagamentos de rendimentos ou ganhos de capital, com retenção do imposto de renda na fonte, deverão fornecer à pessoa física beneficiária, até o dia 28 de fevereiro, documento comprobatório, em duas vias, com indicação da natureza e montante do rendimento ou ganho de capital, das deduções e do imposto de renda retido no ano anterior, discriminados segundo o mês de pagamento ou crédito.

- § 1º - Tratando-se de rendimentos ou ganhos de capital pagos ou creditados por pessoas jurídicas, quando não tenha havido retenção do imposto de renda na fonte, o comprovante de que trata este artigo deverá ser fornecido, no mesmo prazo, ao beneficiário que o tenha solicitado até o dia 15 de janeiro.

(\*) Esta norma legal aplica-se independentemente do pagamento de Débito-Auxílio e sobejúria.

Cordeirópolis, 23 de maio de 2006.

Parecer nº fl. 011/2006.

Projeto de Lei nº 34/06

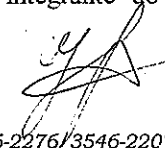
Senhora Presidente:

O Projeto de Lei em epígrafe autoriza o Executivo Municipal a celebrar Convênio com Instituições de Ensino.

Primeiramente destaca-se, por oportuno, que o presente parecer, que tem caráter estritamente opinativo, trata, apenas e tão-somente, sobre o aspecto da legalidade e da técnica legislativa, sem qualquer análise sobre a viabilidade e execução efetiva do respectivo Projeto, cujo estudo é de alçada das Comissões de Justiça e de Orçamento.

A Proposição em epígrafe visa dar oportunidade de estágio a estudantes de nível superior, profissionalizante de 2º grau ou escolas de educação especial, através de respectivo Convênio a ser firmado entre as Instituições.

Infere-se, ainda, do referido Projeto, que as Minutas do Acordo de Cooperação e do Termo de Compromisso estão devidamente apensadas ao presente, bem como fazem parte integrante do mesmo, em total consonância com as determinações legais.

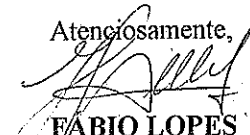
  
R. Visconde do R. Branco, 643, Centro, Cordeirópolis-SP – Telefax (19) 3546-2276/3546-2207

Verifica-se, também, que o este Projeto está em perfeita harmonia com a Lei Municipal nº 2309/05, a qual autorizou o Chefe do Executivo a conceder estágios a estudantes, porquanto, plenamente revestido de juridicidade.

Diante disto, concluo que o presente Projeto, após a manifestação das Duntas Comissões, poderá ser colocado em pauta apreciação dos Nobres Edis. É o nosso parecer, "sub censura".

À alta apreciação de Vossa Senhoria.

Atenciosamente,

  
**FABIO LOPES**  
Oab/sp 165.060



# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

## COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

*Parecer referente a Projeto de Lei nº. 34, de 12 de maio de 2006.*

Referida proposição não recebeu emendas, nos termos do art. 216 do Regimento.

Quanto aos dispositivos regimentais, nada temos a opor, pois nota-se que a propositura preenche todos os requisitos necessários.


Do ponto de vista legal e constitucional, encontra-se em consonância com as disposições vigentes.

Assim, verificamos que não existem impedimentos para a sua tramitação.

Desta forma, julgamos que o presente projeto está apto a ser apreciado pelo Plenário desta Edilidade.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2006.

  
REGINALDO MARTINS DA SILVA  
RELATOR

  
GIOVANE HENRIQUE GENEZELLI  
PRESIDENTE

  
JOSUÉ NATANAEL ZANETTI PICOLINI  
MEMBRO



# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

**Parecer sobre o Projeto de Lei nº. 34, de 12 de maio de 2006, do Sr. Prefeito Municipal.**


De acordo com o despacho inicial, o projeto foi enviado à Comissão de Justiça e Redação que, não encontrando impedimentos, opinou favoravelmente.


Dando continuidade ao processo legislativo, foi encaminhada a esta Comissão, para que opinasse sobre o mérito do projeto. De nossa parte, concordamos com os argumentos contidos na justificativa que acompanha o presente.

Por este motivo, posicionamo-nos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº. 34, de 12 de maio de 2006.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2006.

  
SÉRGIO BALTHAZAR RODRIGUES DE OLIVEIRA  
RELATOR

  
FÁTIMA MARINA CELIN  
PRESIDENTE

  
CRISTIANO ANTONIO GUARASEMIN  
MEMBRO



# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

## COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

*Parecer sobre o Projeto de Lei nº. 34, de 12 de maio de 2006, do Sr. Prefeito Municipal.*

De acordo com o despacho inicial, o projeto foi enviado às Comissões de legalidade e de mérito, que não encontraram impedimentos, opinando favoravelmente.

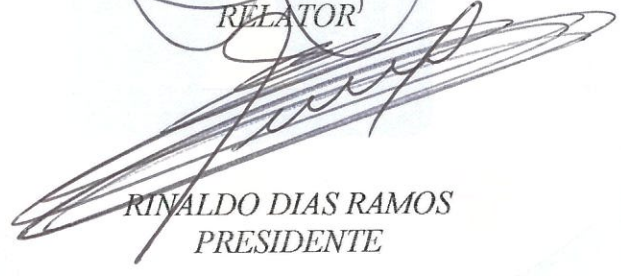
De nossa parte, não encontramos nenhum impedimento de natureza financeira ou orçamentária que embarace a aprovação do referido projeto, concordando com os argumentos contidos na justificativa que acompanha o presente.


Por este motivo, posicionamo-nos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº. 34, de 12 de maio de 2006.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2006.

  
REGINALDO MARTINS DA SILVA  
RELATOR

  
RINALDO DIAS RAMOS  
PRESIDENTE

  
SERGIO BALTHAZAR RODRIGUES DE OLIVEIRA  
MEMBRO



# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

Ofício nº. 67/2006 - CMC

Cordeirópolis, 24 de maio de 2006.

Senhor Prefeito:

*Encaminhamos, através do presente, cópia autêntica dos autógrafos nº 2463 a 2466, provenientes da aprovação de Projetos de Lei, na 16ª sessão ordinária, realizada no dia de ontem.*

*Sendo o que se apresenta, renovo na oportunidade os protestos da mais elevada estima e distinta consideração.*

Atenciosamente,

**TERESA CHIARADIA PERUCHI**

- Presidente -

A Sua Excelência o Senhor  
CARLOS CEZAR TAMIAZO  
Prefeito Municipal  
CORDEIRÓPOLIS - SP

ref. 67/2006	18 65/06
PROJ. 2463	24/05/06
PROJ. 2464	
PROJ. 2465	
PROJ. 2466	
SUBS. 1	
SUBS. 2	
SUBS. 3	
SUBS. 4	
SUBS. 5	
SUBS. 6	
SUBS. 7	
SUBS. 8	
SUBS. 9	
SUBS. 10	
SUBS. 11	
SUBS. 12	
SUBS. 13	
SUBS. 14	
SUBS. 15	
SUBS. 16	
SUBS. 17	
SUBS. 18	
SUBS. 19	
SUBS. 20	
SUBS. 21	
SUBS. 22	
SUBS. 23	
SUBS. 24	
SUBS. 25	
SUBS. 26	
SUBS. 27	
SUBS. 28	
SUBS. 29	
SUBS. 30	
SUBS. 31	
SUBS. 32	
SUBS. 33	
SUBS. 34	
SUBS. 35	
SUBS. 36	
SUBS. 37	
SUBS. 38	
SUBS. 39	
SUBS. 40	
SUBS. 41	
SUBS. 42	
SUBS. 43	
SUBS. 44	
SUBS. 45	
SUBS. 46	
SUBS. 47	
SUBS. 48	
SUBS. 49	
SUBS. 50	
SUBS. 51	
SUBS. 52	
SUBS. 53	
SUBS. 54	
SUBS. 55	
SUBS. 56	
SUBS. 57	
SUBS. 58	
SUBS. 59	
SUBS. 60	
SUBS. 61	
SUBS. 62	
SUBS. 63	
SUBS. 64	
SUBS. 65	
SUBS. 66	
SUBS. 67	
SUBS. 68	
SUBS. 69	
SUBS. 70	
SUBS. 71	
SUBS. 72	
SUBS. 73	
SUBS. 74	
SUBS. 75	
SUBS. 76	
SUBS. 77	
SUBS. 78	
SUBS. 79	
SUBS. 80	
SUBS. 81	
SUBS. 82	
SUBS. 83	
SUBS. 84	
SUBS. 85	
SUBS. 86	
SUBS. 87	
SUBS. 88	
SUBS. 89	
SUBS. 90	
SUBS. 91	
SUBS. 92	
SUBS. 93	
SUBS. 94	
SUBS. 95	
SUBS. 96	
SUBS. 97	
SUBS. 98	
SUBS. 99	
SUBS. 100	



# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

## Autógrafo nº 2463

**Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar convênio com instituições de ensino e dá outras providências.**

A Câmara Municipal de Cordeirópolis decreta:

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com instituições de ensino, para proceder oportunidades de estágio a estudantes de nível superior, profissionalizante de 2º grau ou escolas de educação especial, regularmente matriculados em cursos vinculados ao ensino público e particular da instituição conveniada, de acordo com as disposições da Lei Federal n.º 6.494/77.

**Parágrafo Único** - O convênio a ser celebrado entre a instituição de ensino e o Município de Cordeirópolis será periodicamente reexaminado, onde estarão acordadas todas as condições de realização de estágio.

**Art. 2º** - Os objetivos específicos do convênio e os direitos e obrigações das partes conveniadas, constam das minutas, em anexo, ao acordo de cooperação para realização de estágio e ao termo de compromisso de estágio, que ficam fazendo parte integrante desta Lei.

**Art. 3º** - Para a realização dos projetos, programas ou ações que visem efetivar os objetivos do convênio de que trata esta Lei, o Poder Executivo promoverá a elaboração de contratos, termos e outros instrumentos legais de sua competência.

**Art. 4º** - O estágio profissional, como procedimento didático-pedagógico, é de competência da entidade educacional, a quem cabe a decisão sobre a matéria, e dele participa o Município de Cordeirópolis oferecendo oportunidades e campos de estágio.

**Art. 5º** - O estágio profissional regido por esta Lei não cria vínculo empregatício de qualquer natureza para o Município de Cordeirópolis, e deverá compatibilizar com o horário escolar do interessado e com o horário de funcionamento dos diversos órgãos da Administração, aonde venha a ocorrer o estágio.

**Art. 6º** - Por ocasião da assinatura do Convênio deverá ser celebrado Termo de Compromisso entre o estudante e o Município de Cordeirópolis, com a interveniência da entidade educacional, que se constituirá de comprovante exigível pela autoridade competente da inexistência de vínculo empregatício.

**Art. 7º** - É de exclusiva competência e responsabilidade da entidade educacional providenciar seguro de acidentes pessoais em favor do estudante, sem o qual o aluno não será admitido no estágio.



# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

**Art. 8º** - Serão expedidos aos estagiários atestados de frequência, conferidos e assinados pelo superior hierárquico do setor onde estão sendo realizados estágios e, na inexistência deste, pelo Prefeito Municipal.


**Art. 9º** - Para o preenchimento das vagas de estágio conforme dispõe esta Lei, serão considerados pela Administração Pública, através dos setores envolvidos, os seguintes requisitos:


- a) residir o aluno(a) no município de Cordeirópolis;
- b) análise do currículo escolar, onde apresente o candidato o melhor aproveitamento no curso; e,
- c) no caso de haver vagas remanescentes, após a aplicação da alínea "a", estas poderão ser preenchidas por alunos residentes em outros municípios.


**Art. 10** - As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei serão suportadas pelas verbas próprias consignadas no Orçamento Municipal vigente para este exercício e exercícios subsequentes, suplementadas se necessário.

**Art. 11** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especificamente as Leis nº 2309, de 12 de dezembro de 2005, e 2338, de 27 de março de 2006.

Câmara Municipal de Cordeirópolis, 24 de maio de 2006.

  
**TERESA CHIARADIA PERUCHI**  
Presidente

  
**REGINALDO MARTINS DA SILVA**  
1º Secretário

  
**GIOVANE HENRIQUE GENEZELLI**  
2º Secretário



# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

Anexo a que se refere o art. 2º

## ACORDO DE COOPERAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO

Acordo de Cooperação que entre si celebram a -----  
----- e o **Município de Cordeirópolis**.

A -----, mantenedora do -----, sediada a -----, nº ---, Bairro -----, na cidade de -----, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº -----, neste ato representada por seu ----, ° -----, brasileiro, -----, portador do RG nº ----- e do CPF nº -----, residente e domiciliada à Rua -----, nº ---, Bairro -----, nesta cidade de -----, Estado de São Paulo, doravante denominada **Instituição** e, de outro lado, o **Município de Cordeirópolis**, pessoa jurídica de direito público interno, sediado na Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, sita à Praça Francisco Orlando Stocco 35, centro, na cidade de Cordeirópolis, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ sob o nº 44.660.603/0001-95, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o -----, brasileiro, casado, Contador, portador do RG nº ----- e do CPF/MF nº -----, doravante denominada **Concedente**, firmam o presente Acordo de Cooperação, convencionando as cláusulas e condições seguintes:

### Clausula Primeira - Objeto

Constitui objeto do presente instrumento a concessão de estágios, por parte da **Concedente**, a alunos regularmente matriculados na -----, proporcionando a complementação do ensino e da aprendizagem dos ministrados pela -----, sendo executados, acompanhados e avaliados em conformidade com os currículos e calendários escolares, fomentando elementos de integração entre teoria e prática.

**§ 1º** – O presente instrumento reger-se-á incondicional e irrestritamente pelo disposto na Lei de nº 6.494/77, com as alterações dadas pela lei de nº 9.394/96, não acarretando vínculo empregatício de qualquer natureza.

**§ 2º** – O Seguro obrigatório de acidentes pessoais, disposto no artigo 4º da mesma lei, será objeto de reajuste entre a ----- e o aluno estagiário, não sendo de responsabilidade do Concedente tal obrigatoriedade.

**§ 3º** – Para consecução do Estágio, objeto do presente Termo, o(a) estagiário(a) deverá, obrigatoriamente, apresentar o Programa de Estágio, bem como o relatório de atividades, e assinar o competente **“Termo de Compromisso de Estágio”**, parte integrante deste Instrumento, constante do anexo I.

### Clausula Segunda – Das Obrigações -----

A ----- obriga-se, por meio do presente instrumento, de acordo com o que segue:



# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

- *Estabelecer normas e procedimentos para o cumprimento do estágio, os quais passarão a fazer parte integrante do presente Termo;*
- *Criar, analisar, discutir e implementar o plano de trabalho a ser desenvolvido no local de estágio, visando à realização de aprendizado na perspectiva da teoria e da prática, plano este que, posteriormente, deverá ser encaminhado para a aprovação da Concedente;*
- *Credenciar professores junto à Concedente para supervisionar e orientar o desenvolvimento de projetos, programas e atividades de estágio;*
- *Supervisionar e orientar, na forma da lei retro mencionada, o estágio, de acordo com critérios pré-estabelecidos;*

## Clausula Terceira – Das Obrigações da Concedente

A **Concedente** obriga-se, por meio do presente instrumento, de acordo com o que segue:

- *Proporcionar ao estagiário condições adequadas à execução do estágio;*
- *Proporcionar condições adequadas para que professores, devidamente credenciados pela ----- e Concedente, realizem a supervisão do estágio;*
- *Prestar, oficialmente, todo tipo de informações acerca do desenvolvimento do estágio e das atividades desenvolvidas pelo aluno-estagiário, bem como pelos professores credenciados para supervisão e orientação do mesmo e que venham a ser solicitadas, oficialmente, pelo Concedente.*

## Clausula Quarta – Da Vigência.

O presente convênio vigorará por prazo indeterminado a partir de sua assinatura, podendo ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer momento, mediante comunicação expressa com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

## Clausula Quinta - Das Disposições Finais

O presente Termo destina-se a firmar dispositivos de cooperação entre as partes contratantes, restando consignado que o aluno estagiário deverá firmar individualmente com a **Concedente** e ----- o competente "**Termo de Compromisso de Estágio**", que passa a fazer parte integrante deste Instrumento.

**Parágrafo Primeiro** – As partes ora contratantes deverão praticar todos os atos que se tornem necessários para efetiva execução deste Convênio.

## Clausula Sexta – Do Foro

Fica eleito o foro da comarca de Cordeirópolis, Estado de São Paulo, para dirimir questões oriundas do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro, mesmo que privilegiado.

Assim, justas e convencionadas, as partes firmam o presente Convênio em três vias de igual teor e forma, para um só efeito.



# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

Cordeirópolis (SP), DATA ATUAL

**CARLOS CEZAR TAMIAZO**

**Prefeito municipal**

Testemunhas:

Nome: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

R.G.: \_\_\_\_\_

R.G.: \_\_\_\_\_

## TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO

Termo de Compromisso de **Estágio Extra Curricular** que entre si fazem o **Município de Cordeirópolis** e a -----

De um lado o **Município de Cordeirópolis**, pessoa jurídica de direito público interno, sediado na Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, sita a Praça Francisco Orlando Stocco, 35 centro, na cidade de Cordeirópolis, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o \_\_\_\_\_, brasileiro, casado, Contador, portador do RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF/MF nº \_\_\_\_\_, doravante denominado(a) simplesmente **Concedente** e, de outro lado, **Estagiário(a)** devidamente matriculado(a) no curso de \_\_\_\_\_, com Registro Acadêmico de nº \_\_\_\_\_, doravante denominado(a) simplesmente **Estagiário** e a ----- mantenedora do -----, sediada à -----, nº ---, Bairro -----, na cidade de -----, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº -----, aqui representada por seu ----- Profº Drº -----, brasileiro, -----, casado, portador do RG nº ----- e do CPF nº -----, residente e domiciliado à Rua -----, nº 304, Bairro -----, nesta cidade de ----, Estado de São Paulo, doravante denominada simplesmente -----, resolvem, na melhor forma de Direito, firmar o presente Termo e considerando o **Acordo de Cooperação** firmado entre a Instituição **Concedente** e a -----, por cujas condições gerais este **Termo de Compromisso de Estágio** será gerido, as partes têm por justo compromisso o que segue:

### Clausula Primeira – Do Objeto

O presente instrumento tem por objetivo a realização de estágio extra curricular, com o fim de integrar as atividades teóricas com a prática, na área de educação e saúde e outras de interesse das partes.

**Parágrafo Primeiro** – As atividades de estágio a serem cumpridas pelo **Estagiário**, em suas características fundamentais deverão coincidir, tanto quanto possível, com o programa específico de ensino do Curso por ele freqüentado.

### Clausula Segunda – Do Programa de Estágio



# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

Para alcançar o objeto do presente Termo, disposto na cláusula acima, o **Estagiário** deverá elaborar o competente "**Programa de Estágio**", devendo conter, basicamente:

- Justificativas e objetos do estágio;
- Atribuições da **Concedente** e da -----;
- Discriminação das atividades, condições e forma de execução;
- Discriminação de prazos e cronogramas de execução das diversas etapas do trabalho;
- Designação de executor, por parte da **Concedente** e da -----, quando for o caso.

**§ 1º** - O referido "**Programa de Estágio**" deverá, obrigatoriamente, ser assinado pelo **Estagiário** em conjunto com o Coordenador do Curso do mesmo, sob pena do presente instrumento tornar-se nulo para todos os efeitos.

**§ 2º** - O **Estagiário** deverá encaminhar à -----, com cópia à **Concedente**, relatório mensal ou ao final do estágio, conforme disposto no "**Programa de Estágio**", sob pena do mesmo, objeto do presente Termo, ser considerado nulo de pleno direito pela -----, perdendo seus efeitos acadêmicos.

## Clausula Terceira – Das Condições do Estágio.

Durante o período de Estágio, o **Estagiário** sujeitar-se-á ao regulamento da **Concedente** e no "**Programa de Estágio**", pautando-se em conduta técnica segundo orientação do supervisor por ela designado, bem como pelo supervisor designado pela -----.

**§ 1º** - O **Estagiário** se compromete a zelar pelos instrumentos, equipamentos, materiais e instalações de propriedade da Instituição que lhe forem confiados, respondendo pelos prejuízos que forem causados por mau uso.

**§ 2º** - O **Estagiário** estará segurado contra acidentes pessoais que porventura ocorram no local do estágio, de acordo com o artigo 4º da Lei de nº 6.494/77, contratado pelo **Aluno ou Concedente**, por meio da apólice de seguros nº -----.

**§ 3º** - O **Estagiário**, bem como as atividades desenvolvidas pelo mesmo, não terão para quaisquer efeitos legais, qualquer vinculação empregatícia com a **Concedente**, conforme os Termos da Lei de nº 6.494/77 e do Decreto de nº 87.497/82.

**§ 4º** - Caberá a **Concedente** a fixação de locais, dias e horários em que se realizarão as atividades decorrentes do Estágio, desde que o horário do estágio não coincida com o horário escolar do **Estagiário** e não prejudique suas atividades acadêmicas.

**§ 5º** - A desistência do Curso, por parte do **Estagiário**, a conclusão do mesmo ou trancamento de matrícula implicarão automaticamente no cancelamento do presente compromisso.

## Clausula Quarta – Da Vigência

O estágio terá início a partir da data de assinatura do presente Termo de Compromisso e término em -----, podendo ser prorrogado por prazo a ser determinado em instrumento próprio.

## Clausula Quinta – Da Rescisão



# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

É facultado à **Concedente** interromper o estágio, desde que comunique a decisão motivada à ----- com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, não lhe cabendo qualquer multa ou penalidade pela interrupção.

**§ 1º** – Constituem motivo para interrupção automática da vigência deste Termo de Compromisso de Estágio, além das elencadas na Cláusula Segunda, a conclusão ou abandono do curso e o trancamento da matrícula do **Estagiário**.

**§ 2º** – É facultado ao **Estagiário** a interrupção do presente estágio, mediante comunicação à ----- e à **Concedente**, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, não lhe cabendo qualquer multa ou penalidade pelo desligamento.

**§ 3º** – O não cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas implicará, de pleno direito, independentemente de aviso ou notificação, na suspensão imediata do estágio, considerando-se, também, rescindido o presente Termo, para todos os efeitos.

## Clausula Sexta – Do Foro

Fica eleito o foro de ----- para dirimir as questões oriundas deste **Termo de Compromisso de Estágio**, com exclusão de qualquer outro, mesmo privilegiado.

Assim, justas e convencionadas, as partes firmam este instrumento em três vias de igual teor e forma, para um só efeito.

----- (SP), DATA ATUAL

**CARLOS CEZAR TAMIAZO**

**Prefeito Municipal**

**p/Concedente**

**p/Instituição de Ensino**

Testemunhas:

Nome: \_\_\_\_\_

R.G.: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

R.G.: \_\_\_\_\_



Prefeitura  
Municipal de  
Cordeirópolis

Cordeirópolis

Lei nº 2347  
de 27 de maio de 2006.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar convênio com instituições de ensino e dá outras providências

**O Prefeito do município de Cordeirópolis, Estado de São Paulo:**  
**Faço Saber** que a **Câmara Municipal de Cordeirópolis** decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com instituições de ensino, para proceder oportunidades de estágio a estudantes de nível superior, profissionalizante de 2º grau ou escolas de educação especial, regularmente matriculados em cursos vinculados ao ensino público e particular da instituição conveniada, de acordo com as disposições da Lei Federal n.º 6.494/77.

**Parágrafo Único** - O Convênio a ser celebrado entre a instituição de ensino e o Município de Cordeirópolis será periodicamente reexaminado, onde estarão acorçadas todas as condições de realização de estágio.


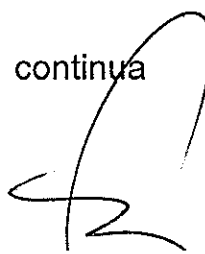
**Art. 2º** - Os objetivos específicos do Convênio, os direitos e obrigações das partes conveniadas, constam das minutas em anexo ao acordo de cooperação para realização de estágio e ao termo de compromisso de estágio, que ficam fazendo parte integrante desta Lei.

**Art. 3º** - Para a realização dos projetos, programas ou ações que visem efetivar os objetivos do convênio de que trata esta Lei, o Poder Executivo promoverá a elaboração de contratos, termos e outros instrumentos legais de sua competência.

**Art. 4º** - O estágio profissional, como procedimento didático-pedagógico, é de competência da entidade educacional a quem cabe a decisão sobre a matéria, e dele participa o Município de Cordeirópolis, oferecendo oportunidades e campos de estágio.

**Art. 5º** - O estágio profissional regido por esta Lei não cria vínculo empregatício de qualquer natureza para o Município de Cordeirópolis, e deverá compatibilizar com o horário escolar do interessado e com o horário de funcionamento dos diversos órgãos da Administração, aonde venha a ocorrer o estágio.

**Art. 6º** - Por ocasião da assinatura do Convênio deverá ser celebrado Termo de Compromisso entre o estudante e o Município de Cordeirópolis, com a interveniência da entidade educacional, que se constituirá de

  
  
continua



comprovante exigível pela autoridade competente da inexistência de vínculo empregatício.

**Art. 7º** - É de exclusiva competência e responsabilidade da entidade educacional providenciar seguro de acidentes pessoais em favor do estudante, sem o qual o aluno não será admitido no estágio.

**Art. 8º** - Será expedido aos estagiários atestados de frequência, conferido e assinado pelo superior hierárquico do setor onde estão sendo realizados estágios e, na inexistência deste, pelo Prefeito Municipal.

**Art. 9º** - Para o preenchimento das vagas de estágio conforme dispõe esta Lei, serão considerados pela Administração Pública, através dos setores envolvidos, os seguintes requisitos:

- a) Residir o aluno(a) no município de Cordeirópolis;
- b) análise do currículo escolar, onde apresente o candidato o melhor aproveitamento no curso; e,
- c) no caso de haver vagas remanescentes, após a aplicação da alínea "a", estas poderão ser preenchidas por alunos residentes em outros municípios.

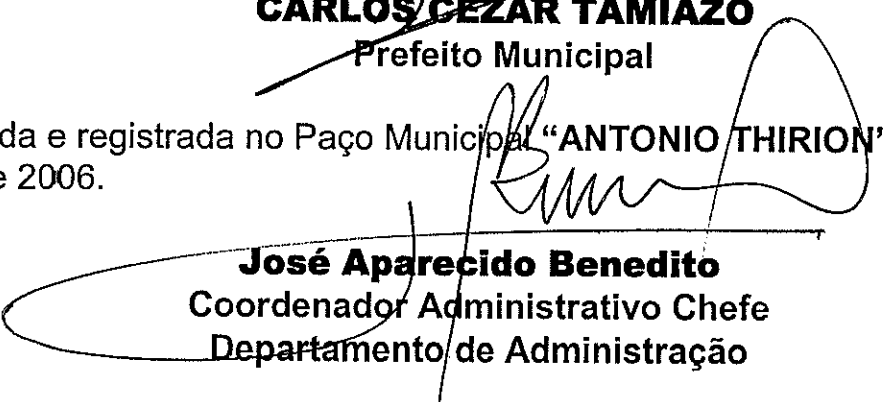
**Art.10** - As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei serão suportadas pelas verbas próprias consignadas no Orçamento Municipal vigente para este exercício e exercícios subseqüentes, suplementadas se necessário.

**Art. 11** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especificamente as Leis nº 2309, de 12 de dezembro de 2005, e 2338, de 27 de março de 2006.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS**, aos 27 de maio de 2006, 58 da Emancipação Político Administrativa do Município.

  
**CARLOS CEZAR TAMIАЗO**  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada no Paço Municipal "ANTONIO THIRION", em 27 de maio de 2006.

  
**José Aparecido Benedito**  
Coordenador Administrativo Chefe  
Departamento de Administração



## ACORDO DE COOPERAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO

Acordo de Cooperação que entre si  
celebram a -----

--- e o **Município de Cordeirópolis**.

A -----, mantenedora do -----, sediada à -----, nº  
---, Bairro -----, na cidade de -----, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ  
sob nº -----, neste ato representada por seu -----, ° -----,  
brasileiro, -----, -----, portador do RG nº ----- e do CPF nº -----,  
residente e domiciliada à Rua -----, nº ---, Bairro -----, nesta  
cidade de -----, Estado de São Paulo, doravante denominada **Instituição**  
e, de outro lado, o **Município de Cordeirópolis**, pessoa jurídica de direito  
público interno, sediado na Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, sita à  
Praça Francisco Orlando Stocco 35, centro, na cidade de Cordeirópolis,  
Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ sob o nº 44.660.603/0001-95, neste  
ato representado pelo Prefeito Municipal, o -----, brasileiro,  
casado, Contador, portador do RG nº ----- e do CPF/MF nº -----,  
doravante denominada **Concedente**, firmam o presente Acordo de  
Cooperação, convencionando as cláusulas e condições seguintes:

### Clausula Primeira - Objeto

Constitui objeto do presente instrumento a concessão de estágios, por parte  
da **Concedente**, a alunos regularmente matriculados na -----,  
proporcionando a complementação do ensino e da aprendizagem dos  
ministrados pela -----, sendo executados, acompanhados e avaliados em  
conformidade com os currículos e calendários escolares, fomentando  
elementos de integração entre teoria e prática.

**§ 1º** – O presente instrumento reger-se-á incondicional e irrestritamente pelo  
disposto na Lei de nº 6.494/77, com as alterações dadas pela lei de nº  
9.394/96, não acarretando vínculo empregatício de qualquer natureza.

**§ 2º** – O Seguro obrigatório de acidentes pessoais, disposto no artigo 4º  
da mesma lei, será objeto de reajuste entre a ----- e o aluno estagiário,  
não sendo de responsabilidade do Concedente tal obrigatoriedade.

**§ 3º** – Para consecução do Estágio, objeto do presente Termo, o(a)  
estagiário(a) deverá, obrigatoriamente, apresentar o Programa de Estágio,  
continua



bem como o relatório de atividades, e assinar o competente **“Termo de Compromisso de Estágio”**, parte integrante deste Instrumento, constante do anexo I.

### **Clausula Segunda – Das Obrigações -----**

A ----- obriga-se, por meio do presente instrumento, de acordo com o que segue:

- *Estabelecer normas e procedimentos para o cumprimento do estágio, os quais passarão a fazer parte integrante do presente Termo;*
- *Criar, analisar, discutir e implementar o plano de trabalho a ser desenvolvido no local de estágio, visando à realização de aprendizado na perspectiva da teoria e da prática, plano este que, posteriormente, deverá ser encaminhado para a aprovação da **Concedente**;*
- *Credenciar professores junto à **Concedente** para supervisionar e orientar o desenvolvimento de projetos, programas e atividades de estágio;*
- *Supervisionar e orientar, na forma da lei retro mencionada, o estágio, de acordo com critérios pré-estabelecidos;*

### **Clausula Terceira – Das Obrigações da Concedente**

A **Concedente** obriga-se, por meio do presente instrumento, de acordo com o que segue:

- *Proporcionar ao estagiário condições adequadas à execução do estágio;*
- *Proporcionar condições adequadas para que professores, devidamente credenciados pela ----- e **Concedente**, realizem a supervisão do estágio;*
- *Prestar, oficialmente, todo tipo de informações acerca do desenvolvimento do estágio e das atividades desenvolvidas pelo aluno-estagiário, bem como pelos professores credenciados para supervisão e orientação do mesmo e que venham a ser solicitadas, oficialmente, pelo **Concedente**.*

### **Clausula Quarta – Da Vigência.**

continua



O presente convênio vigorará por prazo indeterminado a partir de sua assinatura, podendo ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer momento, mediante comunicação expressa com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

#### **Clausula Quinta - Das Disposições Finais**

O presente Termo destina-se a firmar dispositivos de cooperação entre as partes contratantes, restando consignado que o aluno estagiário deverá firmar individualmente com a **Concedente** e ----- o competente **“Termo de Compromisso de Estágio”**, que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

**Parágrafo Primeiro** – As partes ora contratantes deverão praticar todos os atos que se tornem necessários para efetiva execução deste Convênio.

#### **Clausula Sexta – Do Foro**

Fica eleito o foro da comarca de Cordeirópolis, Estado de São Paulo, para dirimir questões oriundas do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro, mesmo que privilegiado.

Assim, justas e convencionadas, as partes firmam o presente Convênio em três vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Cordeirópolis (SP), DATA ATUAL

  
**CARLOS CEZAR TAMIAZO**  
Prefeito municipal

Testemunhas:

Nome

Nome:

:

R.G.: \_\_\_\_\_

R.G.: \_\_\_\_\_

continua



## TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO

Termo de Compromisso de **Estágio Extra Curricular** que  
entre si fazem o **Município de Cordeirópolis** e a -----

De um lado o **Município de Cordeirópolis**, pessoa jurídica de direito público interno, sediado na Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, sita a Praça Francisco Orlando Stocco, 35 centro, na cidade de Cordeirópolis, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o \_\_\_\_\_, brasileiro, casado, Contador, portador do RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF/MF nº \_\_\_\_\_, doravante denominado(a) simplesmente **Concedente** e, de outro lado, **Estagiário(a)** devidamente matriculado(a) no curso de \_\_\_\_\_, com Registro Acadêmico de nº \_\_\_\_\_, doravante denominado(a) simplesmente **Estagiário** e a ----- mantenedora do -----, sediada à -----, nº ---, Bairro -----, na cidade de -----, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº -----, aqui representada por seu ----- Profº Drº -----, brasileiro, -----, casado, portador do RG nº ----- e do CPF nº -----, residente e domiciliado à Rua -----, nº 304, Bairro -----, nesta cidade de ----, Estado de São Paulo, doravante denominada simplesmente -----, resolvem, na melhor forma de Direito, firmar o presente Termo e considerando o **Acordo de Cooperação** firmado entre a Instituição **Concedente** e a -----, por cujas condições gerais este **Termo de Compromisso de Estágio** será gerido, as partes têm por justo compromisso o que segue:

### Clausula Primeira – Do Objeto

O presente instrumento tem por objetivo a realização de estágio extra curricular, com o fim de integrar as atividades teóricas com a prática, na área de educação e saúde e outras de interesse das partes.

**Parágrafo Primeiro** – As atividades de estágio a serem cumpridas pelo **Estagiário**, em suas características fundamentais deverão coincidir, tanto quanto possível, com o programa específico de ensino do Curso por ele freqüentado.

continua



**Clausula Segunda – Do Programa de Estágio**

Para alcançar o objeto do presente Termo, disposto na cláusula acima, o **Estagiário** deverá elaborar o competente “**Programa de Estágio**”, devendo conter, basicamente:

- Justificativas e objetos do estágio;
- Atribuições da **Concedente** e da -----;
- Discriminação das atividades, condições e forma de execução;
- Discriminação de prazos e cronogramas de execução das diversas etapas do trabalho;
- Designação de executor, por parte da **Concedente** e da -----, quando for o caso.

**§ 1º** – O referido “**Programa de Estágio**” deverá, obrigatoriamente, ser assinado pelo **Estagiário** em conjunto com o Coordenador do Curso do mesmo, sob pena do presente instrumento tornar-se nulo para todos os efeitos.

**§ 2º** - O **Estagiário** deverá encaminhar à -----, com cópia à **Concedente**, relatório mensal ou ao final do estágio, conforme disposto no “**Programa de Estágio**”, sob pena do mesmo, objeto do presente Termo, ser considerado nulo de pleno direito pela -----, perdendo seus efeitos acadêmicos.

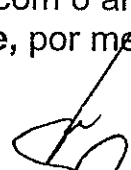
**Clausula Terceira – Das Condições do Estágio.**

Durante o período de Estágio, o **Estagiário** sujeitar-se-á ao regulamento da **Concedente** e no “**Programa de Estágio**”, pautando-se em conduta técnica segundo orientação do supervisor por ela designado, bem como pelo supervisor designado pela -----.

**§ 1º** - O **Estagiário** se compromete a zelar pelos instrumentos, equipamentos, materiais e instalações de propriedade da Instituição que lhe forem confiados, respondendo pelos prejuízos que forem causados por mau uso.

**§ 2º** - O **Estagiário** estará segurado contra acidentes pessoais que porventura ocorram no local do estágio, de acordo com o artigo 4º da Lei de nº 6.494/77, contratado pelo **Aluno ou Concedente**, por meio da apólice de seguros nº \_\_\_\_\_.

continua





Lei nº 2347/06 – Estágios

continuação

fls. 08

**§ 3º** - O **Estagiário**, bem como as atividades desenvolvidas pelo mesmo, não terão para quaisquer efeitos legais, qualquer vinculação empregatícia com a **Concedente**, conforme os Termos da Lei de nº 6.494/77 e do Decreto de nº 87 497/82.

**§ 4º** - Caberá a **Concedente** a fixação de locais, dias e horários em que se realizarão as atividades decorrentes do Estágio, desde que o horário do estágio não coincida com o horário escolar do **Estagiário** e não prejudique suas atividades acadêmicas.

**§ 5º** - A desistência do Curso, por parte do **Estagiário**, a conclusão do mesmo ou trancamento de matrícula implicarão automaticamente no cancelamento do presente compromisso.

#### **Clausula Quarta – Da Vigencia**

O estágio terá início a partir da data de assinatura do presente Termo de Compromisso e término em \_\_\_\_\_, podendo ser prorrogado por prazo a ser determinado em instrumento próprio.

#### **Clausula Quinta – Da Rescisão**

É facultado à **Concedente** interromper o estágio, desde que comunique a decisão motivada à ----- com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, não lhe cabendo qualquer multa ou penalidade pela interrupção.

**§ 1º** – Constituem motivo para interrupção automática da vigência deste Termo de Compromisso de Estágio, além das elencadas na Cláusula Segunda, a conclusão ou abandono do curso e o trancamento da matrícula do **Estagiário**.

**§ 2º** – É facultado ao **Estagiário** a interrupção do presente estágio, mediante comunicação à ----- e à **Concedente**, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, não lhe cabendo qualquer multa ou penalidade pelo desligamento.

**§ 3º** – O não cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas implicará, de pleno direito, independentemente de aviso ou notificação, na suspensão imediata do estágio, considerando-se, também, rescindido o presente Termo, para todos os efeitos.

continua



**Clausula Sexta – Do Foro**

Fica eleito o foro de ----- para dirimir as questões oriundas deste **Termo de Compromisso de Estágio**, com exclusão de qualquer outro, mesmo privilegiado.

Assim, justas e convencionadas, as partes firmam este instrumento em três vias de igual teor e forma, para um só efeito.

----- (SP), DATA ATUAL



**CARLOS CEZAR TAMIAZO**  
Prefeito Municipal  
p/Concedente

**p/Instituição de Ensino**

Testemunhas:

Nome: \_\_\_\_\_

R.G.: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

R.G.: \_\_\_\_\_



Ano 1 - Sexta-feira, 9 de junho de 2006 - nº 40

Distribuição Gratuita

## ATOS OFICIAIS DO PODER Executivo

### Lei nº 2346 de 27 de maio de 2006

(Projeto de Lei nº 112/2005, dos vereadores da Câmara Municipal)  
Dá denominação a Centro de Distribuição de Água na  
Avenida Saudade.

O Prefeito do Município de Cordeirópolis, Estado de  
São Paulo:

Faço Saber que a Câmara Municipal de Cordeirópolis  
decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

**Art. 1º** - Passa a denominar-se "Vereador Orlando de  
Lucca", o Centro de Distribuição de Água situado na  
Avenida da Saudade, nº 348, Jardim Paraíso, em  
Cordeirópolis.

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, aos 27 de maio  
de 2006, 58 da Emancipação Político Administrativa do  
Município.

Carlos Cezar Tamiazo  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada no Paço Municipal "Antonio  
Thirion", em 27 de maio de 2006.

José Aparecido Benedito  
Coordenador Administrativo Chefe  
Departamento de Administração

### Lei nº 2347 de 27 de maio de 2006

Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar convê-  
nio com instituições de ensino e dá outras providências

O Prefeito do município de Cordeirópolis, Estado de  
São Paulo:

Faço Saber que a Câmara Municipal de Cordeirópolis  
decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a  
celebrar convênio com instituições de ensino, para proce-  
der oportunidades de estágio a estudantes de nível supe-  
rior, profissionalizante de 2º grau ou escolas de educação  
especial, regularmente matriculados em cursos vincula-  
dos ao ensino público e particular da instituição  
conveniada, de acordo com as disposições da Lei Federal  
nº 6.494/77.

**Parágrafo Único** - O Convênio a ser celebrado entre a  
instituição de ensino e o Município de Cordeirópolis será  
periodicamente reexaminado, onde estarão acordadas to-  
das as condições de realização de estágio.

**Art. 2º** - Os objetivos específicos do Convênio, os direitos  
e obrigações das partes conveniadas, constam das minu-

tas em anexo ao acordo de cooperação para realização de  
estágio e ao termo de compromisso de estágio, que ficam  
fazendo parte integrante desta Lei.

**Art. 3º** - Para a realização dos projetos, programas ou  
ações que visem efetivar os objetivos do convênio de que  
trata esta Lei, o Poder Executivo promoverá a elabora-  
ção de contratos, termos e outros instrumentos legais de  
sua competência.

**Art. 4º** - O estágio profissional, como procedimento di-  
dático-pedagógico, é de competência da entidade educa-  
cional a quem cabe a decisão sobre a matéria, e dele par-  
ticipa o Município de Cordeirópolis, oferecendo oportu-  
nidades e campos de estágio.

**Art. 5º** - O estágio profissional regido por esta Lei não  
cria vínculo empregatício de qualquer natureza para o  
Município de Cordeirópolis, e deverá compatibilizar com  
o horário escolar do interessado e com o horário de fun-  
cionamento dos diversos órgãos da Administração, aon-  
de venha a ocorrer o estágio.

**Art. 6º** - Por ocasião da assinatura do Convênio deverá  
ser celebrado Termo de Compromisso entre o estudante e  
o Município de Cordeirópolis, com a intervenção da  
entidade educacional, que se constituirá de compro-  
vante exigível pela autoridade competente da inexistência  
de vínculo empregatício.

**Art. 7º** - É de exclusiva competência e responsabilidade  
da entidade educacional providenciar seguro de aciden-  
tes pessoais em favor do estudante, sem o qual o aluno  
não será admitido no estágio.

**Art. 8º** - Será expedido aos estagiários atestados de fre-  
quência, conferido e assinado pelo superior hierárquico  
do setor onde estão sendo realizados estágios e, na  
inexistência deste, pelo Prefeito Municipal.

**Art. 9º** - Para o preenchimento das vagas de estágio con-  
forme dispõe esta Lei, serão considerados pela Adminis-  
tração Pública, através dos setores envolvidos, os seguin-  
tes requisitos:

- a) Res:dir o aluno(a) no município de  
Cordeirópolis;
- b) análise do currículo escolar, onde apresente o  
candidato o melhor aproveitamento no curso; e,
- c) no caso de haver vagas remanescentes, após a  
aplicação da alínea "a", estas poderão ser preenchidas  
por alunos residentes em outros municípios.

**Art. 10º** - As despesas decorrentes da aplicação da presen-  
te Lei serão suportadas pelas verbas próprias consigna-  
das no Orçamento Municipal vigente para este exercício  
e exercícios subsequentes, suplementadas se necessário.

**Art. 11º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publica-  
ção, revogadas as disposições em contrário, especifica-  
mente as Leis nº 2309, de 12 de dezembro de 2005, e  
2338, de 27 de março de 2006.

Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, aos 27 de maio  
de 2006, 58 da Emancipação Político Administrativa do  
Município.

Carlos Cezar Tamiazo  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada no Paço Municipal "ANTONIO  
THIRION", em 27 de maio de 2006.

José Aparecido Benedito  
Coordenador Administrativo Chefe  
Departamento de Administração

## ACORDO DE COOPERAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO

Acordo de Cooperação que entre si celebram a \_\_\_\_\_  
e o  
Município de Cordeirópolis.

A \_\_\_\_\_, mantenedora do \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, sediada à \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bair-  
ro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado de São Paulo,  
inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, des-  
te ato representada por seu \_\_\_\_\_, brasileiro,  
\_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_  
e do CPF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliada  
à Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, nesta  
cidade de \_\_\_\_\_, Estado de São Paulo, doravante deno-  
minada Instituição e, de outro lado, o Município de  
Cordeirópolis, pessoa jurídica de direito público inter-  
no, sediada na Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, sita  
à Praça Francisco Orlando Stocco 35, centro, na cidade  
de Cordeirópolis, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ  
sob nº 44.660.603/0001-95, neste ato representado pelo  
Prefeito Municipal, o \_\_\_\_\_, brasileiro, casado,  
Contador, portador do RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF/MF nº \_\_\_\_\_,  
doravante denominada Concedente, firmam o pre-  
sente Acordo de Cooperação, convencionando as cláusu-  
las e condições seguintes:

### Cláusula Primeira - Objeto

Constitui objeto do presente instrumento a concessão de  
estágios, por parte da Concedente, a alunos regularmente  
matriculados na \_\_\_\_\_, proporcionando a  
complementação do ensino e da aprendizagem dos mi-  
nistrados pela \_\_\_\_\_, sendo executados, acompanha-  
dos e avaliados em conformidade com os currículos e  
calendários escolares, fomentando elementos de  
integração entre teoria e prática.

§ 1º - O presente instrumento reger-se-á incon-  
dicional e irrevogavelmente pelo disposto na Lei de nº 6.494/  
77, com as alterações dadas pela Lei de nº 9.394/96, não  
acarretando vínculo empregatício de qualquer natureza.

§ 2º - O Seguro obrigatório de acidentes pesso-  
ais, disposto no artigo 4º da mesma Lei, será objeto de  
reajuste entre a \_\_\_\_\_ e o aluno estagiário, não  
sendo de responsabilidade do Concedente tal  
obrigatoriedade.

§ 3º - Para consecução do Estágio, objeto do  
presente Termo, o(a) estagiário(a) deverá, obrigatoriamente,  
apresentar o Programa de Estágio, bem como o rela-  
tório de atividades, e assinar o competente "Termo de  
Compromisso de Estágio", parte integrante deste ins-  
trumento, constante do anexo I.

### Cláusula Segunda - Das Obrigações

A \_\_\_\_\_ obriga-se, por meio do presente instru-  
mento, de acordo com o que segue:

- Estabelecer normas e procedimentos para o  
cumprimento do estágio, os quais passarão a fazer parte  
integrante do presente Termo;
- Criar, analisar, discutir e implementar o plano  
de trabalho a ser desenvolvido no local de estágio, visan-  
do a realização de aprendizado na perspectiva da teoria e  
da prática, plano este que, posteriormente, deverá ser en-  
caminhado para a aprovação da Concedente;
- Credenciar professores junto à Concedente  
para supervisionar e orientar o desenvolvimento de pro-  
jetos, programas e atividades de estágio;
- Supervisionar e orientar, na forma da lei retro  
mencionada, o estágio, de acordo com critérios pré-esta-  
belecidos;

### Cláusula Terceira - Das Obrigações da Concedente

A Concedente obriga-se, por meio do presente instru-  
mento, de acordo com o que segue:

- Proporcionar ao estagiário condições adequa-  
das à execução do estágio;
- Proporcionar condições adequadas para que  
professores, devidamente credenciados pela  
e Concedente, realizem a supervisão do estágio;
- Prestar, oficialmente, todo tipo de informações  
acerca do desenvolvimento do estágio e das atividades  
desenvolvidas pelo aluno-estagiário, bem como pelos pro-  
fessores credenciados para supervisão e orientação do  
mesmo e que venham a ser solicitadas, oficialmente, pelo  
Concedente.

### Cláusula Quarta - Da Vigência

O presente convênio vigorará por prazo indeterminado a  
partir de sua assinatura, podendo ser denunciado por qual-  
quer das partes, a qualquer momento, mediante comuni-  
cação expressa com antecedência mínima de 90 (noventa)  
dias.

### Cláusula Quinta - Das Disposições Finais

O presente Termo destina-se a firmar dispositivos de coo-  
peração entre as partes contratantes, restando consignado  
que o aluno estagiário deverá firmar individualmente com  
a Concedente e \_\_\_\_\_ o competente "Termo  
de Compromisso de Estágio", que passa a fazer parte  
integrante deste Instrumento.

**Parágrafo Primeiro** - As partes ora contratantes deve-  
rão praticar todos os atos que se tornem necessários para  
efetiva execução deste Convênio.

### Cláusula Sexta - Do Foro

Fica eleito o foro da comarca de Cordeirópolis, Estado de  
São Paulo, para dirimir questões oriundas do presente  
instrumento, com exclusão de qualquer outro, mesmo que  
privilegiado.

Assim, justas e convencionadas, as partes firmam o pre-  
sente Convênio em três vias de igual teor e forma, para  
um só efeito.

Cordeirópolis (SP), DATA ATUAL

Carlos Cezar Tamiazo  
Prefeito Municipal

Testemunhas:

Nome: \_\_\_\_\_ Nome: \_\_\_\_\_

R.G.: \_\_\_\_\_ R.G.: \_\_\_\_\_

### TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO

Termo de Compromisso de Estágio Extra Curricular que entre si fazem o Município de Cordeirópolis e a

De um lado o Município de Cordeirópolis, pessoa jurídica de direito público interno, sediada na Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, sítio a Praça Francisco Orlando Stocco, 35 centro, na cidade de Cordeirópolis, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o \_\_\_\_\_, brasileiro, casado, Contador, portador do RG nº \_\_\_\_\_ e do CFFMF nº \_\_\_\_\_, doravante denominado(a) simplesmente Concedente e, de outro lado, Estagiário(a) devidamente matriculado(a) no curso de \_\_\_\_\_, com Registro Acadêmico de nº \_\_\_\_\_, doravante denominado(a) simplesmente Estagiário e a \_\_\_\_\_, mantenedora do \_\_\_\_\_, sediada à \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, aqui representada por seu \_\_\_\_\_, Profa. Dra. \_\_\_\_\_, brasileira, casada, portadora do RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliada à Rua \_\_\_\_\_, nº 304, Bairro \_\_\_\_\_, nesta cidade de \_\_\_\_\_, Estado de São Paulo, doravante denominada simplesmente \_\_\_\_\_, resolvem, na melhor forma de Direito, firmar o presente Termo e considerando o acordo de Cooperação firmado entre a Instituição Concedente e a \_\_\_\_\_, por cujas condições gerais este Termo de Compromisso de Estágio será gerido, as partes têm por justo compromisso o que segue:

#### Clausula Primeira – Do Objeto

O presente instrumento tem por objetivo a realização de estágio extra curricular, com o fim de integrar as atividades teóricas com a prática, na área de educação e saúde e outras de interesse das partes.

**Parágrafo Primeiro** – As atividades de estágio a serem cumpridas pelo Estagiário, em suas características fundamentais deverão coincidir, tanto quanto possível, com o programa específico de ensino do Curso por ele frequentado.

#### Clausula Segunda – Do Programa de Estágio

Para alcançar o objeto do presente Termo, disposto na cláusula acima, o Estagiário deverá elaborar o competente

“Programa de Estágio”, devendo conter, basicamente:

- Justificativas e objetos do estágio;
- Atribuições da Concedente e da \_\_\_\_\_;
- Discriminação das atividades, condições e forma de execução;
- Discriminação de prazos e cronogramas de execução das diversas etapas do trabalho;
- Designação de executor, por parte da Concedente e da \_\_\_\_\_, quando for o caso.

§ 1º – O referido “Programa de Estágio” deverá, obrigatoriamente, ser assinado pelo Estagiário em conjunto com o Coordenador do Curso do mesmo, sob pena do presente instrumento tornar-se nulo para todos os efeitos.

§ 2º – O Estagiário deverá encaminhar à \_\_\_\_\_, com cópia à Concedente, relatório mensal ou ao final do estágio, conforme disposto no “Programa de Estágio” sob pena do mesmo, objeto do presente Termo, ser considerado nulo de pleno direito pela \_\_\_\_\_, perdendo seus efeitos acadêmicos.

#### Clausula Terceira – Das Condições do Estágio

Durante o período de Estágio, o Estagiário sujeitar-se-á ao regulamento da Concedente e no “Programa de Estágio”, pautando-se em conduta técnica segundo orientação do supervisor por ela designado, bem como pelo supervisor designado pela \_\_\_\_\_.

§ 1º – O Estagiário se compromete a zelar pelos instrumentos, equipamentos, materiais e instalações de propriedade da Instituição que lhe forem confiados, respondendo pelos prejuízos que forem causados por mau uso.

§ 2º – O Estagiário estará segurado contra acidentes pessoais que porventura ocorram no local do estágio, de acordo com o artigo 4º da Lei de nº 6.494/77, contratado pelo Aluno ou Concedente, por meio da apólice de seguros nº \_\_\_\_\_.

§ 3º – O Estagiário, bem como as atividades desenvolvidas pelo mesmo, não terão para quaisquer efeitos legais, qualquer vinculação empregatícia com a Concedente, conforme os Termos da Lei de nº 6.494/77 e do Decreto de nº 87.497/82.

§ 4º – Caberá à Concedente a fixação de locais, dias e horários em que se realizarão as atividades decorrentes do Estágio, desde que o horário do estágio não coincida com o horário escolar do Estagiário e não prejudique suas atividades acadêmicas.

§ 5º – A desistência do Curso, por parte do Estagiário, a conclusão do mesmo ou cancelamento de matrícula implicarão automaticamente no cancelamento do presente compromisso.

#### Clausula Quarta – Da Vigência

O estágio terá início a partir da data de assinatura do presente Termo de Compromisso e término em \_\_\_\_\_, podendo ser prorrogado por prazo a ser determinado em instrumento próprio.

#### Clausula Quinta – Da Rescisão

É facultado à Concedente interromper o estágio, desde que comunique a decisão motivada à \_\_\_\_\_ com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, não lhe cabendo qualquer multa ou penalidade pela interrupção.

§ 1º – Constitui motivo para interrupção automática da vigência deste Termo de Compromisso de Estágio, além das elencadas na Cláusula Segunda, a conclusão ou abandono do curso e o cancelamento da matrícula do Estagiário.

§ 2º – É facultado ao Estagiário a interrupção do presente estágio, mediante comunicação à \_\_\_\_\_ e à Concedente, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, não lhe cabendo qualquer multa ou penalidade pelo desligamento.

§ 3º – O não cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas implicará, de pleno direito, independentemente de aviso ou notificação, na suspensão imediata do estágio, considerando-se, também, rescindido o presente Termo, para todos os efeitos.

#### Clausula Sexta – Do Foro

Fica eleito o foro de \_\_\_\_\_ para dirimir as questões oriundas deste Termo de Compromisso de Estágio, com exclusão de qualquer outro, mesmo privilegiado.

Assim, justas e convencionadas, as partes firmam este instrumento em três vias de igual teor e forma, para um só efeito.

\_\_\_\_\_, (SP), DATA ATUAL

Carlos Cezar Tamiazo  
Prefeito Municipal

p/Concedente

p/Instituição de Ensino

Testemunhas:

Nome: \_\_\_\_\_ Nome: \_\_\_\_\_

R.G.: \_\_\_\_\_ R.G.: \_\_\_\_\_

### Lei nº 2348 de 27 de maio de 2006

Dá nova redação ao artigo 3º, da Lei nº 2190, de 10 de maio de 2004, (Autoriza o Executivo a firmar convênio com a APAE e dá outras providências).

O Prefeito do Município de Cordeirópolis, Estado de São Paulo:

Faço Saber que a Câmara Municipal de Cordeirópolis decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

**Art. 1º** – O artigo 3º, da Lei Municipal nº 2190, de 10 de maio de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º – As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão a conta da dotação orçamentária nº 08.01.2424005.2146.3350.00.00, no exercício de 2006 e subsequentes.”

**Art. 2º** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, aos 27 de maio de 2006, 58 da Emancipação Política Administrativa do Município.

Carlos Cezar Tamiazo  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada no Paço Municipal “ANTONIO THIRION”, em 27 de maio de 2006.

José Aparecido Benedito  
Coordenador Administrativo chefe  
Departamento de Administração

### Lei nº 2349 de 27 de maio de 2006

Altera e inclui dispositivos na Lei nº 2022, de 27 de março de 2001.

O Prefeito do Município de Cordeirópolis, Estado de São Paulo:

Faço Saber que a Câmara Municipal de Cordeirópolis decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

**Art. 1º** – O inciso II do artigo 3º da Lei nº 2022, de 27 de março de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º – \_\_\_\_\_

I – \_\_\_\_\_

II – acompanhar, fomentar e opinar elaboração do Plano Diretor municipal, assim como planejamento e programas de desenvolvimento municipal



## Jornal Oficial do Município de Cordeirópolis

Órgão da Administração Pública Municipal

jornal.official@cordeirópolis.sp.gov.br

### EXPEDIENTE

Produzido por: Assessoria de Imprensa de Cordeirópolis

Jornalista Responsável: Ailton Barbosa MTB 33.736

Edição: Sócrates Bolorino Layout: Eder Modanez

Impressão: Jornal Cidade de Rio Claro

Composição: Poder Executivo, Legislativo e Judiciário; Autarquias Municipais;

Entidades Assistenciais

Tiragem - 700 exemplares Custo Desta Edição R\$ 700,00

O jornal oficial do município é órgão de divulgação oficial da administração municipal instituído pela Lei 2274 de 11 de agosto de 2005, com suas posteriores alterações.

Paço Municipal Antonio Thirion - Praça Francisco Orlando Stocco, nº35 - Centro - Cordeirópolis/SP  
CEP: 13.490-000 - Tel.: (19) 3556-9900 - www.cordeirópolis.sp.gov.br

### JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO DE CORDEIRÓPOLIS - PONTOS DE DISTRIBUIÇÃO -

- Paço Municipal “Antonio Thirion”

- Pastos de Saúde

- Câmara Municipal

- Autarquias:

H. M. C.

- Assessoria de Imprensa da Prefeitura

S. A. A. E.

- Biblioteca Municipal

- Bancas de Jornais da cidade